

ANFIP defende sustentabilidade da Seguridade Social



Em meio a políticas equivocadas, tanto econômicas quanto sociais, somadas a um trágico ambiente político, a Análise da Seguridade Social em 2016, editada pela ANFIP, pela primeira vez em sua série histórica, revelou a necessidade de financiamento do sistema em R\$ 57 bilhões.

“Infelizmente ficou difícil resistir à recessão, ao desemprego, a políticas macroeconômicas desadequadas, renúncias, desonerações. Para uma política pública dessa importância, um exercício financeiro não impacta. É preciso olhar todo o conjunto. Ela tem condições de fazer valer o que diz a Constituição”, disse Floriano Martins de Sá Neto, presidente da ANFIP, durante o lançamento da publicação, ocorrido em 24/10, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. A reunião, presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS), também contou com a presença dos conselheiros da Entidade.

A Análise 2016 também foi lançada na Câmara dos Deputados, em 25/10, na Comissão de Seguridade Social e Família, presidida pelo deputado Hiran Gonçalves (PP/RR), e participação dos deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Lincoln Portela (PRB/MG), Jorge Solla (PT/BA) e Jorge Silva (PHS/ES).

Floriano Sá Neto criticou abertamente o ajuste fiscal adotado pelo governo. “Esse modelo em nada contribui

para as contas da Previdência Social, pelo contrário, trará efeitos ainda mais danosos nos próximos exercícios”, disse, já que há limite de investimentos aprovado para os próximos 20 anos, conforme ditado pela Emenda Constitucional 95/2016. “Estamos vivendo um ‘austericídio’, uma austeridade que vai levar o Brasil à bancarrota”, afirmou.

“Nosso discurso está mantido. A Seguridade é sustentável.”

Presidente da ANFIP

O presidente da ANFIP detalhou os números levantados na nova edição da Análise da Seguridade Social, destacando a queda de 7,4% do Produto Interno Bruto (PIB), as renúncias fiscais de R\$ 271 bilhões, a redução de 2 milhões de postos formais de trabalho, a queda de 12,4% da arrecadação, a desvinculação de R\$ 630 bilhões em receitas da Seguridade. A publicação completa pode ser conferida na página da ANFIP na internet, com todos os gráficos e análises pertinentes.

Para a ANFIP, nos próximos anos são imprescindíveis:

- Adotar políticas que de fato possam retomar o crescimento da economia, a geração de emprego e o aumento dos investimentos;
- Fim das renúncias fiscais, da DRU e maior combate à sonegação;
- Pôr fim à austeridade por meio de investimento público com uma forte dimensão assistencial, incluindo programas que aprimorem a infraestrutura e gerem emprego;
- Aumentar a receita governamental com recursos de impostos progressivos (inclusive sobre a propriedade e outras formas de renda) para combater a desigualdade de renda e reduzir os deficits públicos. Reduzir isenções, brechas fiscais e o abuso empresarial dos subsídios e refinanciamento de dívidas,
- Dar mais voz ao trabalho (os salários precisam subir em linha com a produtividade; a insegurança no emprego precisa ser corrigida por meio de ações legislativas e medidas ativas no mercado de trabalho);
- Domar o capital financeiro: regular de forma apropriada o setor financeiro;
- Manter o controle sobre o “rentismo” empresarial. Adotar medidas para combater práticas comerciais restritivas;
- Fazer valer o que reza a Constituição e as Leis de Custeio e de Benefícios da Previdência.

Bônus de Eficiência: TCU analisa caso concreto
Página 2

ANFIP intensifica trabalho parlamentar
Página 4

Negociação coletiva em pauta na Câmara
Página 5

Em caso concreto, TCU cobra “esclarecimento” de servidor

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), começou a solicitar, nos casos concretos de análise e homologação de processos de aposentadoria, que o servidor apresente “os esclarecimentos que entender necessários” quanto ao recebimento do Bônus de Eficiência, por considerar que a situação está em “desacordo com a jurisprudência do TCU, em razão da não incidência de contribuição previdenciária sobre o respectivo valor”.

AANFIP já está analisando as medidas judiciais necessárias para defender seus associados e solicita que aqueles que receberem o ofício cobrando os esclarecimentos enviem, imediatamente, uma cópia do documento à Entidade (juridico@anfip.org.br). É importante frisar que a Sefip dá um prazo de 15 dias para o envio das explicações, prazo que deve ser cumprido impreterivelmente,

sob pena de o direito à ampla defesa e ao contraditório não poder ser exercido, posteriormente, no processo. A Secretaria explica no documento que, caso as informações não sejam encaminhadas, o processo correrá normalmente.

Relembre - A medida é reflexo do processo movido pela própria unidade do TCU, que havia suspenso temporariamente o pagamento do bônus aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil aposentados e aos pensionistas. O plenário do Tribunal, que em 13/09 restabeleceu o pagamento, considerou a atitude da Sefip “uma afronta às determinações legais no que tange ao controle abstrato da constitucionalidade das leis”. Foi afastada, por determinação do ministro relator, Benjamin Zymler, a possibilidade de o TCU exercer este comando. Porém, no mesmo relatório, o ministro permitiu à Sefip “a fiscalização do pagamento do bônus nos casos

concretos que lhe forem submetidos ou de que tenham conhecimento, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa, quando for o caso”.

Na decisão, o ministro Zymler remeteu ainda o inteiro teor do processo ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e ao Procurador Geral da República, legitimados para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, e recomendou à Casa Civil que providencie “instrumento legal” para a inclusão do Bônus de Eficiência na base de cálculo da contribuição previdenciária.

A Sefip, desconsiderando a efetivação das providências encaminhadas aos órgãos, e, ao remeter ofício a servidor arguindo quanto à legitimidade do recebimento do bônus, dá indícios de que adotará a medida nos demais casos concretos sob sua análise.

Minuta descumpre acordo sobre progressão funcional

Em comunicado enviado aos administradores da Receita Federal do Brasil sobre o recebimento da minuta do decreto que regulamenta a progressão e a promoção na Carreira Tributária e Aduaneira da RFB, o coordenador-geral de Gestão de Pessoas, Antonio Márcio de Oliveira Aguiar, confirma que o texto, além de não definir as regras de transição, conforme previsto na Lei 13.464/17, revê a situação dos servidores que tiveram a promoção/progressão efetivada em março deste ano, não considerando a validade do novo regramento a partir da publicação do decreto.

O subsecretário de Fiscalização da RFB, Iágaro Jung Martins, em

participação no Conaf2017, congresso promovido pelo Sindifisco, do qual o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, participou da abertura em 16/10, criticou a minuta: “existe uma lei anterior e a transição não foi tratada”. Jung esclareceu que a medida está sendo objeto de atenção da RFB. “Temos tido reuniões para que esse assunto seja resolvido. Já sinalizamos que não gostaríamos de ver que os anos de 2015 e 2016 se repetissem agora. A quem interessa uma RFB desmobilizada?”, questionou.

AANFIP lamenta que o Ministério do Planejamento esteja descumprindo o acordo firmado com a carreira, que resultou na Lei 13.464/17, e, atuando de forma obscura, prejudique os

Auditores Fiscais, precarizando não só as relações institucionais com os servidores públicos, como a própria atuação da Receita Federal do Brasil em sua luta precípua contra o desmonte do Estado. A ANFIP espera que a Receita Federal, em posse da minuta e diante da manifesta contrariedade em relação ao seu conteúdo, atue firmemente nas esferas políticas para impedir que este texto se consolide.

A ANFIP manterá contato com as autoridades pertinentes - Ministério do Planejamento, Receita Federal e Casa Civil - a fim de que haja transparência nas relações estabelecidas com os Auditores Fiscais e para manifestar repúdio à forma como o próprio governo descumpre seus acordos.

Expediente Linha Direta			
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefones: 0800 701 6167 (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150</p> <p>Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p>		<p>DIRETORA RESPONSÁVEL Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima e Ludmila Machado</p> <p>ESTAGIÁRIOS Gabriela Diniz Matheus Carvalho</p>	<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Cesar Roxo Machado Floriano Martins de Sá Neto Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (coordenadora) Luiz Cláudio de Araújo Martins Marluce do Socorro da Silva Soares Sandra Tereza Paiva Miranda</p>
<p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicao@anfip.org.br</p>		<p> www.facebook.com/anfipnacional</p>	<p> www.twitter.com/anfipnacional</p>
		<p> www.youtube.com/anfipoficial</p>	

Gratificação de Atividade Tributária

Associado, tire suas dúvidas



A ANFIP publicou em sua página na internet uma lista de perguntas e respostas elaboradas para tirar as dúvidas dos associados da ANFIP quanto à ação de execução da GAT (Gratificação de Atividade Tributária).

Ressalta-se que a execução da GAT somente ocorre se o Auditor Fiscal ativo, aposentado ou pensionista der procuração para um advogado. Nenhuma entidade (seja sindicato ou associação) pode ajuizar ação individual ou coletiva de execução da sentença transitada em julgado. A ANFIP não está executando. Somente sugere a seus associados uma banca de advogados.

O escritório indicado (Aline Melo Franco) cobra R\$ 100 pelos

cálculos e depois, na liquidação do precatório ou Requisição de Pequeno Valor (RPV), 5,5% de honorários. Mas, esta ação somente será ajuizada se houver preenchimento e fornecimento dos documentos relacionados. É importante observar as peculiaridades de cada grupo - ativos e aposentados; pensionistas; e herdeiros e dependentes financeiros.

Os associados interessados deverão reunir os documentos e enviar para gat.juridico@anfip.org.br. Acesse a página da ANFIP e confira todas as informações sobre o ajuizamento da ação e acesse a página do escritório de advocacia na internet para saber mais: <http://alinemelo franco.adv.br/gat/>.

Exequentes já podem consultar o valor bruto

Em atendimento aos pedidos dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e pensionistas, a ANFIP informa que as execuções da GAT começaram a ser protocolizadas, diretamente, na 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Inicialmente, as execuções tramitariam no Processo Judicial Eletrônico (PJe), plataforma utilizada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. No entanto, em 28/09, a Corregedoria do Tribunal decidiu que mesmo as execuções desmembradas serão ajuizadas fisicamente.

Diante da nova perspectiva procedimental, o juiz da execução determinou que os grupos das execuções sejam de, no máximo, trinta pessoas.

Assim, a ANFIP reapresentou todas as execuções protocolizadas virtualmente, adaptadas aos ditames atuais, observando, contudo, a homogeneidade do grupo.

Os novos números de processos serão publicados no Diário de Justiça. Não se sabe a data em que se efetivará esse ato. A Associação disponibilizará as informações na página restrita.

Dos cálculos - Até o momento, já foram recebidos mais de dois mil documentos de AFRFB e pensionistas e elaborados 1.504 cálculos.

Os interessados poderão pesquisar o seu valor acessando a área restrita da página da ANFIP. Se não constar o valor, por favor, aguarde, pois em breve o cálculo será apurado.

Bônus de Eficiência Paridade Já!



A ANFIP prepara a documentação necessária para o ajuizamento da ação que buscará, na Justiça, a paridade no recebimento do Bônus de Eficiência e Produtividade pelos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil ativos em início de carreira, aposentados e pensionistas. Somente associados poderão participar da ação. Divulguem entre seus colegas esta nova ação a ser impetrada pela Entidade para que ninguém fique de fora. As novas filiações devem ser solicitadas até 30 de novembro. Acesse a página da ANFIP na internet e confira todos os detalhes da campanha.

Congresso em Foco



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, participaram em 19/10, em Brasília, do Prêmio Congresso em Foco 2017. Na oportunidade, o presidente fez a entrega do prêmio de melhor senador, na categoria Seguridade Social, a Paulo Paim (PT/RS). A lista completa de premiados está na página da ANFIP na internet.

Trabalho Parlamentar

ANFIP é recebida pelo presidente do PTB



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, reuniram-se, em 18/10, em Brasília, com o presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson.

A audiência teve por finalidade anunciar que a ANFIP e a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) criaram um amplo grupo de trabalho para formular proposta de um novo modelo tributário para o país.

São especialistas de diversas áreas e instituições que, até o final de novembro, vão apresentar uma síntese do estudo, a ser concluído em maio de 2018.

“Este foi o primeiro encontro de uma série de outros que deverão acontecer com a classe política para sensibilização de um projeto necessário e fundamental para o país”, explicou o presidente da ANFIP. “O objetivo é reunir propostas de toda a sociedade para que os tributos sejam justos, especialmente, para o contribuinte”, acredita Floriano Sá Neto.

Debate sobre orçamento da Seguridade Social



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, realizou em outubro intenso trabalho parlamentar na Câmara dos Deputados.

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), a reunião técnica teve por objetivo debater o Orçamento da Seguridade Social. Entre os convidados da mesa estava o ministro do Desenvolvimento Social (MDS), Osmar Terra, que irritou os parlamentares presentes por não apresentar os números fechados do Governo para a Seguridade Social. Floriano Sá Neto conversou

ainda com o deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) sobre o assunto.

O presidente da ANFIP também esteve na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) que debateu o mesmo tema. Na CCJ, Floriano Sá Neto conversou com os deputados Júlio Delgado (PSB/MG) e Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

A ANFIP reitera seu papel no diálogo com os parlamentares a fim de agendar as pautas dos Auditores Fiscais da Receita Federal e da sociedade civil como um todo.

Convênios

Planos exclusivos



A ANFIP, sempre preocupada em buscar os melhores serviços aos seus associados, assinou ajuste de contrato com a VidaCor Corretora de Seguros, que disponibiliza planos de Seguro de Vida e de Assistência Funeral, exclusivos e formulados especificamente aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil ativos, aposentados e aos pensionistas.

Conveniada da ANFIP desde 2014, além dos produtos, a empresa também presta aos associados todo atendimento necessário, tanto na aquisição quanto no período pós-venda.

A apólice da Associação tem como Grupo Segurador o Banco do Brasil Seguros e a Mapfre Seguros (BB/MAPFRE). A comercialização das apólices é feita pelos representantes da VidaCor. Confira na página restrita mais informações sobre os produtos oferecidos.

Volvo

VOLVO

Já está disponível na Plataforma Dynamus, na área restrita do site, a atualização da tabela de preços dos veículos da Volvo, exclusiva para os associados da ANFIP. A concessionária, parceira da Entidade, incluiu na tabela novas opções de veículos e descontos.

Honda

HONDA

A tabela da Honda com descontos também está liberada na Plataforma Dynamus. Os associados devem acessar a página restrita para consultar os valores e modelos da marca.

Negociação coletiva é tema de audiência na Câmara

O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, foi um dos debatedores da audiência pública sobre a negociação coletiva e o direito de greve no serviço público, realizada em 17/10 pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

O projeto que esteve em pauta é o PL 3831/2015, de autoria do senador Antônio Anastasia (PSDB/MG), que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O projeto de lei propõe que a negociação coletiva seja a regra permanente de solução de conflitos no serviço público, abrangendo órgãos da administração direta e indireta (autarquias e fundações), de todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Na ocasião, Floriano Sá Neto criticou o fato de não haver a negociação coletiva institucionalizada até o momento. “Não é concebível na legislação brasileira a existência do direito à greve da categoria sem, no entanto, o direito às tratativas que,



na maioria das vezes, podem inclusive evitar greves e paralisações”, enfatizou.

Na contramão do PL 3831/15, que tramita em caráter conclusivo (somente com o aval das comissões pertinentes ao tema), o deputado Alberto Fraga (DEM/DF) apresentou, em 11/10, recurso solicitando levar a matéria ao plenário da Câmara dos Deputados, onde há claro risco de alteração ou até a rejeição do texto.

A ANFIP ressalta a importância de debater o projeto de lei em questão e suas consequências para os servidores. A

Entidade também defende o arquivamento do recurso apresentado pelo deputado Fraga, a fim de que um pleito de mais de três décadas do conjunto dos trabalhadores no serviço público, dependendo apenas da sanção presidencial, seja finalmente garantido em lei.

Além da ANFIP, estiveram presentes o representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), José Borges de Carvalho Filho, e diversos dirigentes de entidades e instituições ligadas diretamente ao tema debatido.

Entidades do serviço público homenageiam deputada

As entidades representativas do serviço público, entre elas a ANFIP, por meio da vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário, Valdenice Seixas Elvas, e o Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado), realizaram um encontro no dia 4/10 para agradecer e homenagear os parlamentares que lutaram pela aprovação do PL 3831/2015, que trata da negociação coletiva dos servidores públicos.

A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que foi a relatora na Comissão de Trabalho e principal articuladora do projeto na Câmara, recebeu a homenagem das categorias e defendeu a sanção presidencial desta importante matéria.

“Para mim, foi uma honra participar de todo esse processo de aprovação do projeto. Se a minha atividade política cessar, é para a Universidade Federal da Bahia que eu volto, levando na bagagem esta grande conquista dos servidores públicos. Agora, teremos novos tempos a percorrer e precisamos continuar mobilizados para garantir a sanção da proposta”, disse.



O encontro foi realizado na liderança do PSDB na Câmara e contou com a presença do autor do projeto, senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), do deputado Betinho Gomes (PSDB/PE), relator da matéria na CCJC, e da deputada Erika Kokay (PT/DF). Estavam presentes ainda, além da ANFIP, o Fonacate, a CSPB, Sinal, Sindilegis, Sindifisco Nacional, CTB, entre outras entidades.

Alice Portugal fez um pedido ao senador Anastasia, autor do projeto, para trabalhar contra a tentativa de prejuízo a esta conquista dos servidores. Isto porque um sindicato coletou assinaturas de parlamentares para pedir representação contra a proposta, apresentada, posteriormente, pelo deputado Alberto Fraga. Caso o recurso seja acatado, o projeto não seguirá para a sanção presidencial e terá que ser apreciado no Plenário da Câmara.

No seu Estado

SC: Encontro de Auditores



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e a vice-presidente de Cultura Profissional e Relações

Interassociativas, Dejanira Freitas Braga, participam em 27/10, em Florianópolis (SC), do 1º Encontro dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil de Santa Catarina, promovido pela Acafip, Estadual da ANFIP no estado. Na oportunidade, Floriano Sá Neto conversou com os associados sobre as diversas ações em andamento na Entidade. Também participaram da reunião Isabel Nascimento Pereira, pelo Conselho de Representantes da ANFIP, e Luiz Carlos Braga, pelo Conselho Fiscal.

PE: Congresso da Cobap



O vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social, Décio Bruno Lopes, representou a ANFIP no XXIV Congresso

Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, promovido pela Cobap, de 19 a 21/10, em Porto de Galinhas (PE). O evento contou ainda com a presença do associado Luiz Mendes Bezerra, representando a Asfipe, Estadual da ANFIP em Pernambuco. Com a palestra “Reformas Constitucionais e o Futuro dos Direitos Sociais”, Décio Lopes discorreu sobre os direitos e garantias individuais e os direitos sociais e dos trabalhadores.

MG: Ato público contra reformas



Auditores Fiscais da Receita Federal e centrais sindicais que compõem a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social participaram, em 3/10, de ato público em Belo Horizonte

(MG), em manifestação contra as medidas que o governo federal está propondo por meio da reforma da Previdência (PEC 287/2016) e do PLS 280/2017 (terceirização da fiscalização) e em defesa dos direitos das mulheres, que são duramente afetadas por meio das reformas. A ação, coordenada pela ANFIP-MG, contou com a presença da vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP e coordenadora da Frente Mineira, Ilva Maria Franca Lauria.

RS: Movimentos sociais debatem Previdência



O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, participou no início

de outubro da audiência pública sobre a reforma da Previdência, promovida pela Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (RS), coordenada pelo presidente da Casa, vereador Admar Pozzobom (PSDB), e pela presidente da Comissão de Direitos Humanos, vereadora Celita da Silva (PT). Para Romero, é importante que os brasileiros pressionem os parlamentares para que votem contra a PEC 287/16.

“A Funpresp e a sua Aposentadoria”



Numa parceria inédita, a ANFIP, o Sindireceita (Analistas Tributários da RFB) e o Sinprofaz (Procuradores da Fazenda Nacional) lançaram, em 24/10, na sede da Associação, o projeto “A Funpresp e a sua Aposentadoria”, que consiste numa série de seminários regionais sobre a previdência complementar do servidor público.

O acordo foi firmado pelos presidentes das entidades Floriano Martins de Sá Neto (ANFIP), Antônio Geraldo de Oliveira Seixas (Sindireceita) e Achilles Linhares de Campos Frias (Sinprofaz). Os encontros devem ocorrer até o fim do próximo ano em todas as superintendências e regiões fiscais do Ministério da Fazenda.

O primeiro evento vai ocorrer em 13 de novembro, das 13h30 às 17h, no auditório do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro (RJ) - Avenida Presidente Antônio Carlos, 375 - 13º andar.

Funpresp – O presidente da ANFIP reuniu-se em 11/10 com o presidente da Fundação, Ricardo Pena, onde a direção da entidade formalizou o início do projeto. O objetivo é esclarecer o funcionalismo sobre os diversos aspectos da previdência complementar.

“Temos que propiciar esses encontros com os servidores que podem optar pela Funpresp a fim de que tenham conhecimento completo do modelo. Trabalhamos com a informação, a opção é individual”, explicou Floriano Sá Neto.

Ricardo Pena considerou válida a iniciativa e confirmou a participação da Fundação nos encontros a serem promovidos. “Nós avançamos muito nos últimos cinco anos”, disse sobre os 50 mil participantes inscritos. Pena ressaltou ainda que já está percorrendo os estados, inclusive levando aos Auditores Fiscais informações sobre a previdência complementar.

Frente Parlamentar debate reforma tributária

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, César Roxo Machado, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, reuniram-se em 18/10 com integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Federalismo Fiscal Brasileiro.

O encontro teve como objetivo tratar da Reforma Tributária, que está sendo discutida entre os parlamentares e diversas instituições ligadas ao tema. A divisão do montante tributário entre os municípios foi uma das pautas discutidas, bem como a viabilidade de reunião dos secretários Estaduais de Fazenda, que ainda deve ser marcada, a fim de discutir as matérias relacionadas à tributação.



Dentre os presentes estavam os deputados Júlio César (PSD/PI), Luiz Gonzaga Patriota (PSB/PE), Alceu Moreira (PMDB/RS), Adelmo Carneiro (PT/RS) e o representante do senador

Paulo Paim (PT/RS), Cláudio Siqueira. Além dos parlamentares, Charles Alcântara e Pedro Lopes, da Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), marcaram presença.

Relatório da CPI da Previdência é aprovado por unanimidade

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência Social aprovou em 25/10, por unanimidade, o parecer do senador Hélio José (PROS/DF). O texto do relator, contrário à reforma defendida pela base governista, aponta uma série de problemas identificados na Previdência e nas atuais medidas do governo e propõem as respectivas soluções. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou a votação.

Além das fraudes por parte de criminosos e dos desvios dos recursos previdenciários por parte da União, que resultam na destinação de dinheiro para outros gastos de interesse do governo, diversos problemas foram levantados no relatório. Entre eles estão o perdão de multas e dívidas, simbolizado pelo Refis, e o redirecionamento dos recursos destinados à Previdência, como a

ampliação da DRU (Desvinculação de Receitas da União).

As soluções propostas pelo relatório são diversas. O combate às fraudes, uma possível extinção do Refis e a intensificação do uso de tecnologias de fiscalização tributária, a fim de aumentar a produtividade e a eficiência do Fisco, estão entre os temas tratados como de necessária implementação.

ANFIP e entidades entregam proposta a deputado



Em continuidade aos trabalhos realizados acerca da proposta de Reforma Tributária, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e os vice-presidentes de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, e de Assuntos Parlamentares, Ilva Maria Franca Lauria, reuniram-se, em 25/10,

com o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), para entregar ao parlamentar a proposta conjunta de alteração constitucional sobre a administração tributária elaborada pelas entidades que representam servidores da fiscalização federal, estadual, municipal.

O documento foi assinado pelo

deputado e por todas as entidades presentes na reunião (ANFIP, Fenafisco, Fenafim e Sinafesp). Na oportunidade, discutiram aspectos do texto e concordaram em aprimorar algumas questões, para, depois, entregar a proposta ao presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia.



Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

www.anfip.org.br

SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP
Brasília / DF - CEP: 70040-907

Telefones: (61) 3251-8100 | Gratuito: 0800 701-6167
Email: info@anfip.org.br